O processo de avaliação psicológica infantil: uma revisão narrativa de literatura

The child psychological assessment process: a narrative literature review

***Amanda Albino dos Santos Bezerra*[1]**

***Layrtthon Carlos de Oliveira Santos*[2]**

Resumo. Introdução. A avaliação psicológica infantil é um processo bastante complexo, cujos recursos utilizados para avaliar os aspectos cognitivos e afetivos em cada fase do desenvolvimento da criança devem ser apurados, para que possam auxiliar na identificação de potencialidades e dificuldades da criança. **Objetivo:** Este estudo teve como objetivo compreender o processo de avaliação psicológica infantil, entendendo quais são os seus objetivos, os instrumentos comumente utilizados e sua metodologia. **Metodologia:** Trata-se de um estudo exploratório por meio de pesquisa bibliográfica com análise narrativa, baseado em buscas eletrônicas de artigos indexados nas bases de dados da SCIELO (Scientific Eletronic Library Online), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e PePSIC (Periódicos de análise deste que Eletrônicos de Psicologia), publicados entre os anos de 2015 a 2020. Das produções encontradas na literatura foram selecionados seis artigos que passaram a compor o *corpus* de análise para este estudo por se enquadrarem a todos os critérios de inclusão. **Resultados:** Os resultados obtidos por meio da análise das produções selecionadas apontam para a prevalência de estudos cujo foco de análise partem de relatos da experiência de pesquisadores ao desenvolverem o processo de avaliação psicológica com crianças, ainda, para a maior incidência por parte dos autores pelo uso de testes projetivos e técnicas como entrevista e observação sistemática, e também para o frequente uso de instrumentos que se propõem a medir construtos como a iteligência. **Conclusão:** Importa salientar que a avaliação psicológica infantil compreende-se como um processo complexo, dinâmico e individualizado, passível de reflexão e questionamentos, sendo compreendida não como algo concreto e imútavel, mas sim como uma dentre tantas possibilidades. Dadas as limitações inerentes a este estudo ressalta-se a relevância de novas pesquisas pela possibilidade de desenvolvimento da área, pela reflexão sobre a qualidade do fazer psicológico, assim como de suas lacunas, o que contribuiria para uma melhora significativa da prática de avaliação psicológica infantil no país.
Palavras-Chave: Avaliação Psicológica; Infância; Revisão.

Abstract. **Introduction:** Child psychological assessment is a very complex process, whose resources used to assess the cognitive and affective aspects in each phase of the child's development must be refined, so that they can help in identifying the child's strengths and difficulties. **Objective:** This study aimed to understand the child psychological assessment process, understanding what its objectives are, the commonly used instruments and its methodology. **Methodology:** This is an exploratory study through bibliographic research with narrative analysis, based on electronic searches of articles indexed in the databases of SCIELO (Scientific Eletronic Library Online), LILACS (Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences) and PePSIC (Periodicals for analysis like this, Eletronics of Psychology), published between the years 2015 to 2020. From the productions found in the literature, six articles were selected that became part of the analysis corpus for this study because they fit all the inclusion criteria. **Results:** The results obtained through the analysis of the selected productions point to the prevalence of studies whose focus of analysis starts from reports of the experience of researchers when developing the process of psychological assessment with children, also to the greater incidence on the part of the authors by use of projective tests and techniques such as interview and systematic observation, and also for the frequent use of instruments s that propose to measure constructs such as iteligence. **Conclusion:** It is important to note that children's psychological assessment is understood as a complex, dynamic and individualized process, capable of reflection and questioning, being understood not as something concrete and immutable, but as one among so many possibilities. Given the limitations inherent in this study, the relevance of new research is highlighted due to the possibility of developing the area, reflecting on the quality of psychological activity, as well as its gaps, which would contribute to a significant improvement in the practice of children's psychological assessment in the country.
Keywords: Psychological Assessment; Childhood; Review.

INTRODUÇÃO

O termo avaliação psicológica tem sido comumente utilizado para descrever um conjunto de procedimentos que têm por objetivo coletar dados para testar hipóteses clínicas, produzir diagnósticos, descrever o funcionamento de indivíduos ou grupos e fazer predições sobre comportamentos ou desempenho em situações específicas (HUTZ, 2009). Comumente denominada de psicodiagnóstico, Cunha (2007) define o vocábulo como sendo uma "avaliação psicológica feita com propósitos clínicos que visa identificar forças e fraquezas no funcionamento psicológico, com o foco na existência ou não de psicopatologia".

Considerada como um processo complexo, a avaliação psicológica tem por objetivo produzir hipóteses, ou diagnósticos, sobre uma pessoa ou um grupo. Essas hipóteses ou diagnósticos podem ser sobre o funcionamento intelectual, sobre as características da personalidade, sobre a aptidão para desempenhar uma ou um conjunto de tarefas, entre outras possibilidades. Também é importante entender que esta é uma área que apresenta interfaces e aplicações em todas as áreas da psicologia (HUTZ, 2015).

Torna-se relevante ressaltar, inicialmente, a diferença entre os conceitos de avaliação psicológica e testagem. Para isso, Anastasi e Urbina (2000) definem o teste psicológico como uma medida objetiva e padronizada de uma amostra comportamental. Cronbach (1996) como citado em Mendes, et al. (2013), por sua vez, afirma ser o termo avaliação mais abrangente que testagem, pois o primeiro refere-se ao ato de integrar e avaliar informações, considerando os testes recursos para esse ato. Enquanto que Cunha (2007), define a avaliação psicológica como um processo científico, limitado no tempo, no qual podem ser utilizados testes e técnicas para entender problemas psicológicos à luz de pressupostos teóricos.

As suas sementes foram lançadas numa fase que abrangeu o fim do século XIX e o início do século XX, época que marcou a inauguração do uso dos testes psicológicos (CUNHA, 2007). No contexto brasileiro, a história da avaliação psicológica se confunde com a história da própria psicologia. Desde o início do século XX laboratórios desenvolvem pesquisas nessa área, como o laboratório Pedagogium e o laboratório do Hospício Nacional, ambos no Rio de Janeiro. Entretanto, é no ano de 1924, com a publicação do livro de Medeiros e Albuquerque, que ocorre a sistematização do uso de testes psicológicos no país (GOMES, 2009; HUTZ; BANDEIRA, 2003).

Na primeira metade do século XX, predominaram conceituações comportamentais e psicanalíticas, entretanto, é na segunda metade do século XX, período em que aconteceu a chamada "revolução cognitiva", que se deu origem às estratégias de avaliações específicas, com métodos e instrumentos típicos. Já nas últimas décadas, foi tomando corpo uma tendência para a integração, que já vinha se esboçando há algum tempo. (CUNHA, 2007).

Ao passo em que a avaliação psicológica se consolidou, tornaram-se conhecidas as críticas referentes às formas como pode ser realizada, logo, em razão disto, no ano de 2001, o Sistema Conselhos em conjunto com entidades da área de avaliação psicológica, a saber, a Associação Brasileira de Rorscharch e Outras Técnicas Projetivas (ASBRo) e o Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP) dispuseram-se a criar novas referências para esse campo de atuação, fornecendo conteúdos e experiências que servem como elementos de reflexão para o estabelecimento de novos parâmetros que embasam as práticas profissionais deste campo específico (SANTOS, 2015).

Atualmente, o psicólogo utiliza estratégias de avaliação psicológica, com objetivos bem definidos, para encontrar respostas a questões propostas com vistas à solução de problemas (CUNHA, 2007). O Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem incentivado o seu desenvolvimento, principalmente através de diversas normas reguladoras, documentos e eventos, chegando inclusive a instituir 2011 como o Ano da Avaliação Psicológica (HAZBOUN; ALCHIERI, 2014).

O processo de avaliação psicológica com crianças: especificidades e objetivos

A infância é permeada por fases distintas do desenvolvimento e ao ser avaliada necessita de vários recursos complementares para uma investigação segura. Esse campo da avaliação psicológica está em processo de crescente ampliação, o que evidencia a necessidade de elaboração de instrumentos e técnicas adequados e padronizados para a realidade brasileira (NASCIMENTO, et al., 2009).

Neste sentido, os autores concluem que a avaliação psicológica infantil é um processo bastante complexo, cujos recursos utilizados para avaliar os aspectos cognitivos e afetivos em cada fase do desenvolvimento da criança devem ser apurados, para que possam auxiliar na identificação de potencialidades e dificuldades da criança. O desenvolvimento de pesquisas na área é fundamental, pois, com base nos resultados das avaliações, poderão ser feitos

encaminhamentos e orientações mais adequados, aumentando a possibilidade de que a criança se desenvolva de forma equilibrada (PÉREZ-RAMOS, 2000).

De acordo com Gauy e Guimarães (2006) os primeiros trabalhos de avaliação infantojuvenil tinham como objetivo verificar a frequência, a duração e a taxa de comportamentos em determinados contextos. Posteriormente, o foco passou a ser a natureza e a causa dos comportamentos, o que demandou a inclusão de novos agentes e instrumentos no processo, como outros informantes e instrumentos comportamentais com maior amplitude. As autoras também apontam para a complexidade da avaliação dos transtornos nessa população, que, dadas as características do desenvolvimento, apresenta maior dificuldade em expressar e em reconhecer suas emoções (BORSA; MUNIZ, 2016).

A fim de compreender o funcionamento psiquíco infantil, a avaliação psicológica pode oferecer uma fonte de informações considerável de entendimento acerca de uma criança, porém, os instrumentos a ser utilizados devem atender aos parâmetros científicos com comprovações de validade e precisão para a situação da cultura na qual serão utilizados, assim como normas comparativas adequadas ao indivíduo a ser avaliado (OLIVEIRA, 2015).

Deste modo, Bird e Duarte (2002) apontam que, quando se tem por objetivo, a exemplo, identificar problemas psicológicos em crianças e adolescentes, há desafios e particularidades diferentes dos da população adulta. O período do desenvolvimento, especialmente das crianças, pode limitar a maneira como percebem e lidam com os problemas emocionais. Para que ocorra um diagnóstico efetivo nessa faixa etária, é necessário um procedimento de avaliação que utilize diversas fontes de informação, além da aplicação de medidas padronizadas adaptadas para essa população (BORSA; MUNIZ, 2016).

Outra importante diferença entre avaliação de adultos e de crianças e adolescentes é que os adultos geralmente informam sobre si mesmos, mas no caso de crianças e adolescentes, múltiplos informantes são necessários para que se possa realizar diagnóstico competente, através de procedimentos de avaliação cuidadosos e abrangentes e da utilização de várias fontes de informação, como pais, professores, pediatras e outros (BIRD; DUARTE, 2002).

Dada algumas das finalidades e peculiaridades da avaliação psicológica infantil, conclui-se que, pra lidar com as especificidades deste processo, cabe ao psicólogo o dever de buscar uma formação sólida de suas competências e habilidades. A condução e as estratégias assumidas no processo dependerão do sujeito ou grupo a ser avaliado. O mesmo cabe aos testes psicológicos,e, com isso, vários aspectos citados como importantes para a avaliação psicológica, tais como conhecimentos de outras áreas da psicologia e análise das informações obtidas (BORSA; MUNIZ, 2016).

Métodos e técnicas presentes no processo de avaliação psicológica infantil

Durante o final do século XIX e início do século XX, a prática da avaliação psicológica resumia-se meramente à aplicação de testes. De acordo com Pimentel (2003), o pressuposto era o de que se conseguiria medir características psíquicas com a mesma exatidão e objetividade com que se mediam características físicas. Entretanto, com o passar do tempo, esse modelo de avaliação psicológica, passou a ser questionado pois os instrumentos não correspondiam à exatidão e ao rigor que deles se esperavam, e, aos poucos, os instrumentos de medidas foram dando lugar aos testes projetivos, à entrevista e também à observação.

A situação em que hoje se encontra a área da avaliação psicológica no Brasil é cercada por discussões em torno do uso de testes psicológicos, recentemente encabeçadas pelo Conselho Federal de Psicologia. O foco centraliza-se na discussão em torno de instrumentos válidos, confiáveis e atualizados. A preocupação centraliza-se principalmente na questão da validade e na elaboração de instrumentos nacionais, a fim de reverter o quadro que perdurou por alguns anos, do uso de instrumento psicológico sem pesquisas científicas que comprovassem suas qualidades psicométricas para a cultura brasileira (CHIODI; WECHSLER, 2008).

Os autores acrescentam que o elenco de instrumentos psicológicos é bastante variado, incluindo testes, questionários, entrevistas, observações situacionais, técnicas de dinâmicas de grupo e outros. Os mais conhecidos são os testes psicológicos que, segundo Anastasi & Urbina (2000), vêm a ser uma medida objetiva e padronizada de uma dada amostra de comportamento. Com isso, a testagem faz parte do processo de avaliação psicológica, que é uma investigação mais ampla para a compreensão do funcionamento do ser humano (BORSA; MUNIZ, 2016).

Tanto a avaliação quanto a testagem psicológica são atividades complexas e demandam competências e habilidades específicas do psicólogo. Deste modo, a sua prática requer uma série de cuidados técnicos e éticos que garantirão sua efetividade. Tais cuidados são inerentes a qualquer contexto e demanda, porém, na prática com crianças, é preciso atenção especial (BORSA; MUNIZ, 2016). Para tanto, evidencia-se a necessidade de múltiplos instrumentos e informantes para melhor conhecer uma criança e melhor avaliá-la, devendo fazer parte de uma bateria de avaliação tanto os testes projetivos como os testes objetivos (ALT, 2008).

As informações que os instrumentos de medida projetiva e objetiva fornecem são acessadas em níveis diferentes. Os instrumentos de medida objetiva - escalas de auto-relatos, por exemplo - e de medidas projetivas - como o TAT e o Rorschach - captam aspectos distintos de um mesmo estado (BORNSTEIN, 2002). O uso de mais de um procedimento de avaliação

proporciona um acúmulo de dados sobre a criança. Este enfoque permite a avaliação de variáveis cognitivas, sociais e interpessoais que afetam a conduta da criança. Entretanto, deve-se considerar com cuidado se os procedimentos adicionais de avaliação contribuem para uma melhor compreensão das crianças, pois valem tempo, esforço e custos extras (SATTLER, 1996 *apud* ALT, 2008).

Em síntese, a avaliação psicológica de crianças é complexa e dispendiosa, pois demanda procedimentos de avaliação cuidadosos e abrangentes, recorrência a fontes de informação diversas, como professores, pais, pediatras, registros escolares e outros, assim como medidas padronizadas, culturalmente adequadas, para que o psicólogo possa avaliar fatores de risco, prejuízo funcional, encaminhar a serviços de saúde mental (BIRD; DUARTE, 2002).

Essa complexidade se estende também à escassez no momento de selecionar os instrumentos para realizar a avaliação infantil. Neste sentido, o Dr. José Maurício Haas Bueno, da Universidade Federal de Pernambuco, em entrevista ao Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP) (http://www.ibapnet.org.br/, recuperado em 20 de abril, 2020), avalia as condições dos instrumentos de avaliação infantil disponíveis atualmente para uso como insuficientes para as necessidades. Afirma ser necessários, por exemplo, mais escalas de desenvolvimento com estudos psicométricos, testes neuropsicológicos, cognitivos, testes de personalidade, entre outros construtos. Além disso, há necessidade de estudos psicométricos e de padronização para as diferentes regiões brasileiras, cuja diversidade cultural é imensa.

Enfim, é importante salientar que este estudo bibliográfico não possui a pretensão de esgotar o tema, mas sim, de contribuir para a reflexão desta prática ainda em construção, reconhecendo que muito se avançou na área da avaliação e testagem psicológica com crianças, mas também que muito ainda há por fazer.

MÉTODO

Trata-se de um estudo exploratório por meio de pesquisa bibliográfica com análise narrativa, baseado em buscas eletrônicas de artigos indexados nas bases de dados da SCIELO (Scientific Eletronic Library Online), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e PePSIC (Periódicos Eletrônicos de Psicologia), entendidas como boa fonte de pesquisa pela grande quantidade de material disponível. Os artigos científicos selecionados para fornecer dados ao estudo deveriam conter o texto original publicado em revistas científicas e estar acessíveis, na íntegra, nas referidas bases de dados, tendo sido publicados entre os anos

de 2015 e 2020.

Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico no qual se fez necessário a utilização de alguns descritores para verificar a frequência de produções relativas ao tema, sendo eles: avaliação psicológica, avaliação psicológica infantil e crianças no processo de avaliação psicológica. Os termos utilizados, embora algumas vezes indicassem artigos já contidos nos demais, em outras revelavam produções não presentes nos outros descritores. Deste modo, foram encontradas 1082 produções científicas com os descritores supracitados.

Das produções encontradas na literatura, foram excluídos do estudo os artigos científicos que não abordam a avaliação psicológica infantil de forma explícita, cujo foco não evidencia alguma relação ou interface com o tema. Ainda, artigos que apresentam apenas o seu resumo em revistas científicas, não estando disponíveis na íntegra. Também descartou-se os estudos realizados em anos anteriores a 2015, tendo sido publicados em outras línguas além da língua portuguesa. Assim sendo, foram selecionados 06 artigos, de acordo com os referidos critérios de inclusão, bem como por relevância segundo a autora, que passaram a compor o *corpus* de análise para este estudo de revisão narrativa, por se enquadrarem a todos os critérios previamente propostos pelo mesmo.

O processo envolveu atividades de busca, identificação, fichamento, mapeamento e análise, sendo realizada a leitura flutuante dos artigos selecionados, etapa de suma importância, pois apesar do uso dos descritores mencionados anteriormente, muitos estudos não condiziam com o tema em questão, uma vez que abordavam assuntos relacionados a aspectos parciais e não a avaliação psicológica infantil em si. A partir desse conhecimento prévio obtido por meio da exploração do material, fez-se possível a interpretação livre dos resultados encontrados nos estudos presentes na literatura.

RESULTADOS

Mediante o enquadramento metodológico referido acima, as publicações incluídas nesta revisão são elencadas na Tabela 1 e, posterior a ela, a descrição individual de cada um dos trabalhos selecionados, contemplando suas principais características.

Quadro 1. Caracterização dos estudos selecionados.

Título	Ano de Publicação	Autores	Revista	Objetivo Geral
Avaliação cognitiva infantil nos periódicos científicos brasileiros	2015	Suehiro, Benfica e Cardim	Psicologia: Teoria e Pesquisa	Analisar a produção científica sobre avaliação cognitiva infantil veiculada em periódicos científicos brasileiros
Análise dos manuais psicológicos aprovados pelo SATEPSI para avaliação de crianças e adolescentes no Brasil	2017	Reppold, Serafini, Ramires e Gurgel	Avaliação Psicológica	Indicar os testes psicológicos para uso em crianças e adolescentes até os 18 anos de idade aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia
Avaliação Psicológica no atendimento infantil: uma perspectiva gestáltica	2015	Santos	IGT na Rede	Refletir sobre como esta prática pode ser realizada de forma coerente com os pressupostos epistemológicos da Gestalt-Terapia
Relato de experiência: avaliação psicológica de uma criança vítima de abuso sexual fundamentada no psicodrama	2015	Bérgamo e Bernardes	Brasileira de Psicodrama	Compreender a dinâmica abusiva, verificando fatores de risco e proteção no contexto familiar
Avaliação psicológica de crianças com deficiência intelectual, vítimas de violência sexual	2015	Muniz, Anache e Santos	Psicologia Argumento	Caracterizar a avaliação psicológica de crianças com deficiência intelectual, vítimas de violência sexual
O Teste do Desenho da Figura Humana em crianças angolanas: contribuições à perspectiva da psicologia positiva	2015	Araújo e Fernandes	Psicologia: Ciência e Profissão	Refletir sobre o potencial de aplicação da prova de avaliação psicológica intelectual do Desenho da Figura Humana de Goodenough em crianças angolanas

Fonte: Elaborado pela autora.

Suehiro, Benfica e Cardim (2015) realizaram um estudo a partir da análise de 67 artigos, encontrados em 25 periódicos, que focalizavam a avaliação cognitiva infantil entre 2002 e 2012. O intuito do trabalho consistiu em analisar a produção científica sobre a temática veiculada em periódicos científicos brasileiros, tendo como justificativa o fato de a produção científica no Basil estar veiculada, predominantemente, em anais de congressos e, por tanto, em veículos que na maior parte das vezes são de difícil acesso à comunidade acadêmica e leiga. Os resultados do estudo demonstram que os periódicos com maior destaque foram: Psicologia:Reflexão e Crítica (13,45%) e Avaliação Psicológica (8,95%). Os anos com maior frequência de publicação foram 2007, 2008 e 2010 somando 56,7% do total de publicações, estas concentradas 77,7% na região Sudeste do país. Os demais resultados indicam que os artigos foram escritos, em sua maioria, por mais de um autor (n=63; 94%), por pesquisadores do sexo feminino (n=169; 80%) e em autoria múltipla (n=63; 94%).

Ainda, os dados apontam que a maior parte do material publicado e analisado se referia a relatos de pesquisa (n=65; 97%) e que os contextos mais pesquisados foram o escolar e o hospitalar, correspondendo a 80,6% (n=54) do total da amostra considerada. No que se refere aos instrumentos psicológicos empregados na avaliação cognitiva infantil, os resultados evidenciaram uma grande variabilidade de técnicas, com maior prevalência o Desenho da Figura Humana – DFH; Matrizes Progressivas de Raven; WISC – III; Escala de Maturidade Mental Columbia – EMMC; Teste Gestáltico Viso-Motor de Bender e Teste da Figura Humana de Goodenough. Dentre os objetivos dos estudos analisados, "Diagnóstico e Avaliação (n=44; 65,7%) predomina. Os autores concluem que, dada a releância da avaliação cognitiva infantil, é clara a necessidade de outras investigações na área, principalmente no que diz respeito à qualidade dos instrumentos impregados.

O segundo estudo elencado foi o de Rappold et al. (2017), cujo objetivo foi o de indicar os testes psicológicos para uso em crianças e adolescentes até os 18 anos de idade aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia. Para isso, os autores analisaram os 158 testes presentes na lista de instrumentos favoráveis do SATEPSI. Destes, os dados apontaram que 18 (11,39%) eram direcionados à avaliação exclusiva de crianças, 8 (5,06%) destinavam-se ao uso em crianças e adolescentes, 26 (16,45%) indicados para adolescentes e adultos e 12 (7,59%) para crianças, adolescentes e adultos. Os testes de inteligência, personalidade e habilidades sociais foram os de maior prevalência dentre os testes exclusivos para uso em crianças. Os testes destinados ao uso de crianças e adolescentes, em sua maioria avaliam autoconceito, personalidade e inteligência, enquanto que os que apresentam estudos com amostras de crianças, adolescentes e adultos conjuntamente, os construtos mais frequentemente cobertos são

relacionados a aspectos neuropsicológicos e inteligência.

Por fim, Reppold et al. (2017) concluem que em relação à idade, ainda se percebe uma carência de instrumentos voltados para a avaliação de crianças de zero a seis anos, embora existam testes que avaliam pelo menos um construto em todas as idades compreendidas na classificação de crianças e adolescentes, sendo a mínima encontrada no teste Escala de Maturidade Mental Columbia – três anos e seis meses. Os autores acrescentam que esse achado justifica-se pelas particuaridades existentes no processo de avaliação infantil, como por exemplo, o fato de crianças menores de três anos não possuirem ainda expressão verbal completamente desenvolvida, o que faz da avaliação psicológica com crianças um processo dinâmico e individualizado.

Santos (2015) descreve em seu estudo a avaliação psicológica infantil à luz da perspectiva gestáltica a partir de sua experiência clínica. O objetivo deste trabalho consistiu em refletir sobre como a prática de avaliação psicológica infantil pode ser realizada de forma coerente com os pressupostos epistemológicos da Gestalt-Terapia. Para tanto, a autora utilizou de um levantamento bibliográfico, incluindo livros e artigos sobre o tema para fundamentar a construção do estudo, apresentando reflexões acerca da avaliação psicológica e do uso de testes em Gestalt-Terapia, como também, discutindo sobre as diferenças que existem entre psicoterapia e avaliação psicológica infantil. Além disso, a autora apresenta uma breve consideração sobre a concepção de homem para a Gestalt-Terapia, ilustrando sua proposta de prática na avaliação psicológica infantil a partir de um caso clínico.

A., seis anos, sexo feminino, cujos pais, orientados pela escola a buscarem uma avaliação psicológica, relatam apresentar atraso no desenvolvimento, dificuldade para falar e se relacionar, além de comportamentos agressivos. Acompanhada por uma neurologista e pediatra, foi diagnosticada anteriormente comautismo, hiperatividade e retardo mental. Após algumas sessões com os pais, sessões com A. e visita à escola, a autora comenta que articulou todas as informações colhidas no decorrer da avaliação a fim de devolver para os pais da criança sua compreensão sobre ela. Acrescenta que após a avaliação acompanhou a criança por quase dois anos, e no decorrer desse tempo A. apresentou melhora na sua maneira de se relacionar, de lidar com os limites e até mesmo na sua forma de brincar. Durante o processo de avaliação psicológica a autora fez uso de alguns instrumentos com função terapêutica como o HTP (Desenho da Casa-Árvore-Pessoa), o TAT (Teste de Apercepção Temática) e o Bender (Teste Viso-Motor de Bender – Sistema de Pontuação Gradual – Bender – SPG). Em síntese, Santos (2015) considera a proposta da prática de avaliação psicológica na perspectiva gestáltica como mais uma possibilidade dentre outras existentes, sendo os testes um dos recursos possíveis, que

se justifica por contribuir para o manejo clínico do profissional, e também, em alguns casos, contribuir para o diálogo com os pais, escola e outros profissionais.

Bérgamo e Bernardes (2015) realizaram um estudo de caso acerca do processo de avaliação psicológica realizado com uma criança vítima de abuso sexual. O objetivo do estudo consistiu em apresentar a experiência de uma das autoras na condução de uma avaliação psicológica realizada com uma criança de cinco anos, vítima de abuso sexuall, e sua família, utilizando o psicodrama como fundamento teórico e metodológico. O processo de avaliação psicológica se deu em uma instituição que presta atendimento a famílias e indivíduos com direitos violados, tendo como participantes a criança e seu grupo familiar. A análise dos dados coletados foi realizada por meio da psicodinâmica dos papéis, tecendo também considerações sobre o desenvolvimento do "eu" em um processo inter-relacional. O estudo contempla detalhes de como se deu a denúncia do abuso, o histórico da criança no contexto familiar e a descrição das sessões realizadas com a criança e com a mãe.

O processo se deu ao longo de oito sessões de avaliação, nas quais foram identificados o abuso, suas consequências e o papel dos membros do grupo familiar, tornando possível a compreensão da dinâmica abusiva, bem como da verificação dos fatores de risco e proteção no contexto familiar. As autoras comentam que durante o processo, pôde-se observar que a criança inicialmente desenvolveu dramatizações mediante atos, depois por meio de recursos de faz de conta e, somente ao final, utilizou a linguagem verbal para expressar o que acontecia. A atuação da psicóloga psicodramatista na avaliação com a criança se deu principalmente no contexto dramático, enquanto que, com a mãe, no contexto social. Concluem por meio da análise do caso que a violência gerou impactos no desenvolvimento emocional da criança, sendo a psicoterapia apontada como um dos caminhos possíveis para a construção e o desenvolvimento de novos modelos de interação, capazes de garantir à criança a proteção devida e necessária.

Muniz, Anache e Santos (2015) desenvolveram um estudo com três psicólogos do Setor Psicossocial do Fórum Heitor Medeiros, unidade jurisdicional autônoma pertencente ao Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, cuja sede encontra-se na cidade de Campo Grande – MS. Nesta pesquisa de cunho qualitativo-descritivo, cujo instrumento utilizado para coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada, objetivou-se caracterizar a avaliação psicológica junto à crianças com deficiência intelectual e que foram vítimas de violência sexual, buscando conhecer quais os procedimentos e recursos empregados pelos psicólogos jurídicos participantes do estudo nessas situações. A entrevista, composta de questões norteadoras, foi dividida em blocos que versam sobre a atuação e avaliação psicológica no contexto jurídico, avaliação psicológica em casos de crianças com deficiência vítimas de violência sexual e,

avaliação psicológica em casos de crianças vítimas de violência sexual que não possuem deficiência.

Para a análise do material obtido por meio das entrevistas, os autores estabeleceram três eixos de discussão: a definição dos psicólogos sobre a avaliação psicológica e as contribuições desta prática para o campo jurídico; a prática dos profissionais no que diz respeito à avaliação psicológica de crianças com deficiência, vítimas de violência sexual; e eventuais diferenças, ou não, nos atendimentos realizados às crianças que não possuem deficiência. Em resumo, os resultados demonstraram que existe uma certa dificuldade no momento de definir a prática da avaliação psicológica por parte dos psicólogos. Ainda, sobre os instrumentos utilizados no processo, os participantes informaram nunca terem utilizado testes psicológicos nas intervenções realizadas, embora tenham feito uso de outras técnicas, tais como desenhos livres e sala lúdica, demonstrando preferência pelo uso de entrevistas. Os resultados apontaram também para à emergência de criação de instrumentos psicológicos para a área jurídica, bem como para as pessoas com deficiência. Finalmente, os autores sugerem como foco de pesquisas futuras o aprofundamento na discussão dos limites da prática de avaliação pericial em psicologia e sua forma de contribuição no contexto judiciário.

Quando à produção científica internacional, destaca-se o trabalho de Araújo e Fernandes (2015) que pretende refletir sobre o potencial de aplicação da prova de avaliação psicológica intelectual do Desenho da Figura Humana de Goodenough na população angolana numa perspectiva mais abrangente e menos negativamente rotuladora de abordagem ao desenho infantil. Para tanto, as autoras optaram por uma abordagem qualitativa na pretensão de se compreender e descrever o objeto em estudo, enfatizando ideias e não quantidades, através de um estudo de caso múltiplo de carater descritivo. O estudo teve como amostra seis crianças de nacionalidade angolana, com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos, residentes na província de Benguela.

Araújo e Fernandes (2015) aplicaram a versão clássica do teste do Desenho da Figura Humana de Goodenough e utilizaramo Sistema Avaliativo Clássico de Goodenough para a coleta e análise dos dados. Como complemento à aplicação do teste, conduziram uma entrevista semiestruturada junto dos familiares, objetivando colher um breve histórico de vida da criança. As autoras descrevem no estudo que, embora não seja o objetivo principal apresentar os resultados quantitativos no âmbito da avaliação cognitiva obtidos na análise, optaram por isso a título meramente exemplificativo da possibilidade de aplicação e cotação da prova. Para além disso, atendendo ao objetivo principal do estudo, acrescentam que a partir da aplicação do teste foi possível salientar um conjunto de aspectos manifestados pelas crianças, sobretudo no que

se refere à motivação para a tarefa; a interesses manifestados pela criança; a aspectos socioemocionais, linguísticos e vocacionais revelados, bem como à relação estabelecida com o técnico.

Concluem que a aplicação da prova foi bem sucedida, em primeiro lugar, porque permitiu a aplicação de um teste psicológico, reconhecido e validado em inúmeros países, tendo utilidade no processo de avaliação psicológica contido neste estudo, embora salientem a importância do investimento empírico na sua aferição. Deste modo, apesar das limitações inerentes ao estudo, nomeadamente as relacionadas com o instrumento utilizado, não validado para a população alvo, Araújo e Fernandes (2015) atentam para o fato de o Desenho da Figura Humana de Goodenoughh revelar-se como uma prova que pode ser útil em um país como a Angola, onde se verifica uma escassez de provas aferidas e validadas.

DISCUSSÃO

A infância é permeada por diferentes fases do desenvolvimento e ao ser avaliada necessita de vários recursos complementares para tornar a avaliação segura, devendo ser compreendida como um processo que permite uma adequada compreensão da criança. Embora o crescente número de pesquisas na área, evidencia-se a escassez de instrumentos adequados e padronizados para avaliação psicológica de crianças no Brasil (NASCIMENTO et al., 2009). Neste sentido, os resultados encontrados no estudo de Reppold et al. (2017) corroboram com a ideia da necessidade de elaboração de instrumentos psicológicos para a avaliação psicológica infantil, ao perceberem que, com relação à idade, ainda existe uma carência de instrumentos, especialmente de zero a seis anos.

O ato de avaliar problemas psiquiátricos na infância e adolescência é algo desafiador para os profissionais, visto ser um processo distinto em se tratando de avaliar transtornos mentais em adultos (BIRD; DUARTE, 2002). Rappold et al. (2017) consideram este fato como justificativa para a escassez de instrumentos utilizados na avaliação infantil e citam algumas particuaridades existentes no processo, como a ausência da expressão verbal completamente desenvolvida em crianças menores de três anos, por exemplo. Ainda nesta perspectiva, Barbieri et al. (2004) ao observarem os estudos presentes na literatura sobre avaliação psicológica infantil, observaram uma ausência significativa de publicações com crianças na faixa etária entre quatro e seis anos, o que contribuiria para a compreensão dos processos de percepção e

associação em uma faixa etária mais baixa.

Uma vez que vários autores evidenciam a necessidade de múltiplos instrumentos e de múltiplos informantes para melhor conhecer uma criança e melhor avaliá-la (ALT, 2008), Muniz et al. (2015) demonstram em seu estudo através do discurso de seus participantes que o uso de testes nem sempre é inerente ao processo de avaliação psicológica infantil, o que corrobora com o relato de caso desenvolvido por Bérgamo e Bernardes (2015). Os psicólogos que integraram a pesquisa destes autores descreveram todo o processo e como optaram pela não utilização de testes psicológicos nas intervenções realizadas, embora tenham feito uso de outras técnicas, como o desenho livre e sala lúdica, demonstrando preferência pelo uso de entrevistas. Assim, considera-se então que nem entrevista clínica e nem os testes são ferramentas infalíveis, mas utilizados de forma complementar ampliam a segurança de um diagnóstico correto (AZRENO, 1995 *apud* ALT, 2008).

Santos (2015) descreve em seu estudo de caso alguns dos instrumentos que utilizou no processo de avaliação infantil de uma criança diagnosticada anteriormente com autismo, hiperatividade e retardo mental. Dentre os instrumentos selecionados estão o HTP (Desenho da Casa-Árvore-Pessoa), o TAT (Teste de Apercepção Temática) e o Bender (Teste Viso-Motor de Bender – Sistema de Pontuação Gradual – Bender – SPG). A escolha da autora pelos instrumentos supracitados remete às considerações de Pasquali (2001) sobre a diferença existente entre os testes objetivos e projetivos, considerando que o principal elemento de diferenciação entre eles é, no primeiro caso, ter por base a psicometria, as teorias de medida, no qual os números descrevem os fenômenos psicológicos; entretanto, no caso dos testes projetivos, que não partem da mesma fundamentação, ainda que se possam utilizar números, a base é a descrição linguística.

Os resultados do presente estudo demonstram uma maior incidência por parte dos autores dos trabalhos revisados pelo uso de testes projetivos e técnicas como entrevista e observação sistemática. Estes dados vão de encontro, em parte, aos achados no estudo de Suehiro et al. (2015) no qual verificou-se, por meio de uma análise nos periódicos científicos brasileiros sobre avaliação cognitiva infantil, que os instrumentos psicométricos foram os mais empregados pelos autores em suas pesquisas, embora as entrevistas e a observação também tenham sido frequentes. De acordo com Oliveira et al. (2007), tais resultados sugerem que, de modo geral, os pesquisadores têm aplicado técnicas que apresentam alguma fundamentação estatística para realizar sua avaliação, o que pode gerar resultados mais confiáveis.

Em consonância às ideias destes autores, Medeiros (1999) aponta que os testes objetivos são vantajosos por quantificar atributos, evitando erros na medida, assim, Masling (1997)

acresenta que o motivo pelo qual os testes objetivos tornaram-se tão populares com o passar do tempo está associado à habilidade do testando e pressupõem sua motivação para responder sinceramente às questões. Em contrapartida, com as técnicas projetivas fica ao pesquisador facilitada a captura do mundo simbólico do testando, mundo que, muitas vezes, é difícil de expressão através da linguagem verbal (FORMIGA; MELLO, 2000). Além disso, aqueles que dão preferência aos testes projetivos justificam a sua escolha por creditarem que mesmo os testes psicométricos oferecendo ao testando o número máximo de respostas possíveis, isso empobrece e restringe as respostas que o sujeito poderia, em tese, fornecer (PASQUALI, 2001).

Torna-se importante ressaltar que este estudo não se propõe a afirmar que um instrumento ou outro é mais adequado no processo de avaliação psicológica infantil, mas sim, contribuir para a construção de novos espaços de reflexão sobre a temática, tornando possível o contato com as diferentes formas de se realizar essa prática e também com o que existe em comum a partir de diversos olhares. Dito isto, Formiga e Mello (2000) acreditam que defender uma posição extrema entre testes psicométricos versus testes projetivos evidencia a falta de informação dos momentos histórico, filosófico e social que influenciaram a psicologia como elementos importantes na ciência psicológica, ainda, Masling (1997), considera que os psicólogos deveriam aproveitar a circunstância de ter a disposição duas formas distintas de avaliar o comportamento humano.

Ainda sobre os resultados encontrados mediante esta revisão, percebe-se a prevalência de estudos cujo foco de análise partem de relatos da experiência de pesquisadores ao desenvolverem o processo avaliação psicológica com crianças. Assim, refletindo sobre esta afirmativa, percebe-se que dados semelhantes foram encontrados no estudo de Suehiro et al. (2015), quando buscaram investigar a modalidade na qual os estudos analisados se enquadravam. Os resultados demonstraram que a maior parte da amostra que fora analisada, composta por 67 artigos que focalizavam a avaliação psicológica infantil entre 2002 e 2012, se referia a relatos de pesquisa (n=65; 97%). Para além dos estudos que compõem o corpo de análise desta revisão e que se enquadra nesta modalidade pode-se citar o estudo de Sales et al. (2018) cujo objetivo é o de descrever o caso de um psicodiagnóstico infantil de uma criança de seis anos.

A partir da leitura do estudo mencionado acima e das pesquisas realizadas para a construção deste trabalho, percebe-se que a avaliação psicológica infantil está comumente associada à ideia de psicodiagnóstico. Neste sentido, Oliveira (2015) menciona que o processo de psicodiagnóstico, com todas as técnicas, mostra-se essencial e desempenha papel fundamental para compreensão e entendimento do funcionamento mental da criança. Sobre essa

perspectiva, Suehiro et al. (2015) apresenta em seus resultados que dentre os objetivos dos estudos analisados "Diagnóstico-avaliação" (n=44; 65,7%) predomina, seguido de "Validação da técnica utilizada" (n=20; 29%) e de "Intervenção" (n=3; 4,5%). Em síntese, Bird e Duarte (2002) consideram que para se realizar um diagnóstico competente nessa faixa etária são necessários procedimentos de avaliação cuidadosos e abrangentes e também a utilização de várias fontes de informação, como pais, professores, pediatras e outros, conforme pode-se ver no estudo de Santos (2015).

Outro ponto importante acerca da avaliação psicológica infantil diz respeito aos construtos que são avaliados pelos instrumentos no processo. Reppold et al. (2017) demonstram em seu estudo que dos 158 testes da lista do SATEPSI, somente 18 eram direcionados à avaliação exclusiva de crianças, e destes, os testes de inteligência, de personalidade e habilidades sociais foram os de maior prevalência. Acrescentam que, dentre os estudos que foram analisados e incluídos em seu trabalho, os instrumentos que avaliavam construtos como inteligência e personalidade se sobressaíram. Embora o presente estudo não apresente a mesma prevalência de dados como os apresentados por Reppold et al. (2017), pode-se perceber através do estudo de caso desenvolvido por Araújo e Fernandes (2015) que, de fato, instrumentos que se propõem a medir construtos como a inteligência fazem parte da prática do psicólogo em avaliação infantil. No estudo os autores discorrem sobre a aplicação do Desenho da Figura Humana de Goodenough em crianças angolanas e apresentam os resultados quantitativos no âmbito da avaliação intelectual obtidos por meio da análise dos desenhos, embora o seu objetivo principal parta de uma perspectiva abrangente e positivista.

Em suma, a avaliação psicológica infantil compreende-se como um processo complexo, dinâmico e individualizado. Bosa e Muniz (2016) bem descrevem o que se pode, de fato, concluir sobre esta prática quando se fala sobre o que é necessário ponderar com relação à avaliação e ao teste psicológico na população infantojuvenil, apontando para os cuidados técnicos e éticos que garantirão sua efetividade. Logo, ainda não existe um consenso presente na literatura sobre quais os instrumentos, técnicas e abordagens seriam mais adequados e/ou úteis ao processo, o que leva a uma frequente reflexão e amplia o olhar no sentido de compreender esta prática não como algo concreto e imutável, mas sim como uma dentre tantas possibilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de partida desta revisão narrativa de literatura acerca da avaliação psicológica infantil não se deu através da pretensão de esgotar o tema ou de tecer argumentos que descrevam a prática como algo restrito e imutável, mas sim, com o intuito de propiciar novas discussões e reflexões sobre o tema, visando avançar no esclarecimento da dinâmica de manejo desse processo. Através deste estudo se tornou evidente a importância de se analisar e avaliar o que vem sendo produzido pela comunidade científica, o que torna possível a compreensão sobre o desenvolvimento e aprimoramento da área.

Quanto aos objetivos propostos, estes vislumbraram compreender o processo de avaliação psicológica infantil de forma a identificar os fenômenos que são avaliados, os instrumentos utilizados e a metodologia adotada pelo psicólogo. Neste sentido, acredita-se que os resultados obtidos e apresentados neste estudo alcançaram as premissas de seus objetivos, tornando possível uma maior compreensão acerca desse campo da avaliação que está em processo de crescente ampliação, tendo em vista a necessidade de elaboração de instrumentos e técnicas adequados e padronizados.

Deste modo, espera-se contribuir para a reflexão do tema e incitar novas discussões e desdobramentos, possibilitando o fomento de esforços mais efetivos e substanciais sobre a prática da avaliação psicológica infantil. Ainda, que outras pesquisas possam fazer uso dos subsídios fornecidos por este estudo para impulsionar novos conhecimentos sobre o tema em questão, favorecendo uma compreensão crítica e tornando propício o delineamento das características e peculiaridades inerentes ao processo.

Há de se ressaltar a importância de novas pesquisas com um maior aprofundamento sobre o tema, tendo em vista as limitações inerentes a este estudo, tais como o foco em apenas três bases de dados *online*, a amplitude dos descritores utilizados e o número ainda lilitado de estudos cujo foco de análise é a avaliação psicológica infantil. A relevância de novas pesquisas se dá pela possibilidade de desenvolvimento da área, pela reflexão sobre a qualidade do fazer psicológico, assim como de suas lacunas, o que contribuiria para uma melhora significativa da prática de avaliação psicológica infantil no país.

REFERÊNCIAS

ALT, M. S. **Avaliação Psicológica de Crianças**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Programa de Pós Graduação em Psicologia. Porto Alegre: PUCRS, 2008. 54p.

AMBIEL, R. **A Necessidade da Avaliação Psicológica de Crianças**. Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP), 2013. Disponível em <recuperado de http://www.ibapnet.org.br/?cd=71&titulo=a_necessidade_da_avaliacao_psicologica_de_criancas>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

ANASTASI, A.; URBINA, S. **Testagem psicológica**. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. 575p.

ARAÚJO, P.; FERNANDES, R. I. O teste do desenho da figura humana em crianças angolanas: contribuições à perspectiva da psicologia positiva. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**. Distrito Federal, v. 35, n. 3, p. 855-869, 2015.

BARBIERI, V.; JACQUEMIN, A.; ALVES, Z. M. M. B. Alcances e limites do psicodiagnóstico interventivo no tratamento de crianças anti-sociais. **Revista Paidéia**. São Paulo, v. 14, n. 28, p. 153-167, 2004.

BÉRGAMO, L. N.; BERNARDES, M. P. Relato de experiência: avaliação psicológica de uma criança vítima de abuso sexual fundamentada no psicodrama. **Revista Brasileira de Psicodrama**. São Paulo, v. 23, n. 2, p. 67-74, 2015.

BIRD, H.; DUARTE, C. Dados epidemiológicos em psiquiatria infantil: orientando políticas de saúde mental. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. São Paulo, v. 24, n. 4, p. 162-163, 2002.

BORNSTEIN, R. A process dissociation approach to objective–projective test score

interrelationship. **Journal of Personality Assessment**. Falls Church, v. 78, n. 1, p. 47-68, 2002.

BORSA, J. C.; MUNIZ, M. Testagem Psicológica com Crianças e Adolescentes. In: HUTZ, C. S.; BANDEIRA, D. R.; TRENTINI, C. M.; KRUG, J. S. (Org.). **Psicodiagnóstico**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. p. 434-45.

CHIODI, M.; WECHSLER, S. Avaliação Psicológica: Contribuições brasileiras. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 08, n. 02, p. 197-210, 2008.

CUNHA, J. A. **Psicodiagnóstico-V**. 5. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2007. 673p.

FORMIGA, N. S.; MELLO, I. Testagem psicológica e técnicas projetivas: uma integração para um desenvolvimento da interação interpretativa indivíduo-psicólogo. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**. Distrito Federal, v. 20, n. 2, p. 12-19, 2000.

GAUY, F.; GUIMARÃES, S. Triagem em saúde mental infantil. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Distrito Federal, v. 22, n. 1, p. 5-16, 2006.

GOMES, W. B. Avaliação psicológico no Brasil: Tests de Medeiros e Albuquerque. **Revista Avaliação Psicológica**. São Paulo, v. 03, n. 01, p. 59-68, 2004.

HAZBOUN, A. M.; ALCHIERI, J. C. Dificuldades em Avaliação Psicológica Segundo Psicólogos Brasileiros. **Revista Psico**. Porto Alegre, v. 45, n. 01, p. 83-89, 2014.

HUTZ, C. S. Ética na avaliação psicológica. In: HUTZ, C. S. (Org.). **Avanços e polêmicas em avaliação psicológica**. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009. p. 297-310.

HUTZ, C. S. O que é avaliação psicológica – Métodos, Técnicas e Testes. In: HUTZ, C. S.; BANDEIRA, D. R.; TRENTINI C. M. (Org.). **Psicometria**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015. p. 11-21.

HUTZ, C. S.; BANDEIRA, D. R. Avaliação psicológica no Brasil: situação e desafios para o futuro. In: Yamamoto, O. H.; Gouveia, V. V. (Org.). **Construindo a psicologia brasileira:** desafios da ciência e prática psicológica. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 261-

275.

MASLING, J. M. On the nature and utility of projective tests and objective tests. **Journal of Personality Assessment**. Falls Church, v. 69, n. 2, p. 257-270, 1997.

MEDEIROS, E.B. **Medidas psico & lógicas: introdução à psicometria**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999. 288p.

MENDES, L. S.; NAKANO, T. C.; SILVA, I. B.; SAMPAIO, M. H. L. Conceitos de Avaliação Psicológica: conhecimento de estudantes e profissionais**. Revista Psicologia: Ciência e Profissão**. Distrito Federal, v. 33, n. 02, p. 428-45, 2013.

MUNIZ, C. M. S.; ANACHE, A. A.; SANTOS, A. M. Avaliação Psicológica de crianças com deficiência intelectual, vítimas de violência sexual. **Revista Psicologia Argumento**. Paraná, v. 33, n. 82, p. 378-392, 2015.

NASCIMENTO, R.; PEDROSO, J. S.; SOUZA, A. M. Método de Rorschach na avaliação psicológica de crianças: uma revisão de literatura. **Revista Psico**. Porto Alegre, v. 14, n. 02, p. 193-200, 2009.

OLIVEIRA, L. P. M. **Crianças que bailam na floresta:** avaliação psicológica das crianças participantes da Doutrina do Santo Daime residentes na Vila do Céu do Mapiá, Piauíni/AM. Tese (Doutorado em Psicologia Social e do Trabalho) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. São Paulo: USP, 2015. 168p.

OLIVEIRA, K. L.; SANTOS, A. A. A.; NORONHA, A. P. P.; BORUCHOVITCH, E.; CUNHA, C. A.; BARDAGI, M. P.; DOMINGUES, S. F. S. Produção científica em avaliação psicológica no contexto escolar. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo, v. 11, p. 239-251, 2007.

PASQUALI, L. **Técnicas de exame psicológico: fundamentos das técnicas psicológicas**. 11. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. 300p.

PÉREZ-RAMOS, A. L. M. Q. Avaliação prospectiva: o exame precoce da criança. In: CUNHA,

J. A. (Org.). **Psicodiagnóstico – V**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 151-157.

PIMENTEL, A. **Psicodiagnóstico em Gestalt Terapia**. 2. ed. São Paulo: Sumus, 2003. 272p.

REPPOLD, C. T.; SERAFINI, A. J.; RAMIRES, D. A.; GURGEL, L. G. Análise dos manuais psicológicos aprovados pelo SATEPSI para avaliação de crianças e adolescentes no Brasil. **Revista Avaliação Psicológica**. São Paulo, v. 16, n. 1, p. 19-28, 2017.

SALES, O.; FREITAS, V. D. N.; JESUS, A. D. F. Psicodiagnóstico infantil: relato de um caso. **Revista Humanidades e Inovação**. Tocantins, v. 5, n. 7, p. 114-122, 2018.

SANTOS, T. Q. A. Avaliação psicológica no Atendimento Infantil: uma perspectiva gestáltica. **Revista IGT na Rede**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 08-27, 2015.

SUEHIRO, A. C. B.; BENFICA, T. S.; CARDIM, N. A. Avaliação cognitiva infantil nos periódicos científicos brasileiros. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-32, 2015.